



te validada pelo Supremo Tribunal, instituição composta por homens próximos do regime.

Mas aquela maioria qualificada, que permitiria aos deputados depor Maduro ou mesmo reformar o Supremo Tribunal, foi esvaziada quando este órgão considerou nulos os mandatos de três parlamentares da oposição. Já a oposição tem em curso a recolha de assinaturas para convocar, ainda este ano, um referendo revogatório do mandato presidencial. Para ter sucesso, esta campanha precisa de recolher 200 mil assinaturas. A MUD entregou mais de um milhão. Só que o Conselho Eleitoral Nacional (CNE), outro órgão instrumentalizado pelo regime, terá de analisar, uma a uma, cada assinatura, à cadência de apenas dois dias de trabalho por semana. Há, depois, duas fases adicionais neste processo complexo e moroso, que exigem a verificação presencial de um mínimo de 200 mil assinantes e, por fim, a recolha de assinaturas de 20% do eleitorado venezuelano, o equivalente a 4 milhões de eleitores.

O actual vice-presidente, Aristobulo Isturiz, que até é considerado mais moderado do que Maduro, já assegurou que o actual presidente “não vai ser afastado por referendo porque não vai haver referendo”. Mesmo assim, Bernardo Pires de Lima acredita que, “tendo em conta a dinâmica da recolha de assinaturas, será difícil que o referendo não se realize”. O Governo e as instituições venezuelanas tudo farão para boicotar o processo revogatório. Como lembra o investigador do IPRI, “a destituição precisa de mais votos do que aqueles que elegeram Maduro em 2013, não estando posto de lado um qualquer golpe palaciano com a ajuda do Supremo Tribunal, que tem sido um precioso aliado presidencial”.

#### **ISTO “VAI ACABAR MAL”**

Se o referendo não acontecer até 7 de Janeiro de 2017, já não serão convocadas eleições antecipadas. Nesse caso, explica Andrés Malamud, “um vice-presidente nomeado por [Maduro] iria substituí-lo até ao fim do mandato, em 2018”. Hipótese que poderá agravar ainda mais uma situação já considerada insustentável. Além de que a eclosão de uma guerra civil é apontada como forte possibilidade, especialmente tendo em conta que, a somar ao descontentamento dos militares, há milícias populares a serem armadas, quer pelo regime quer pela oposição.

Henrique Capriles, principal rosto da oposição ainda em liberdade e que esteve perto de vencer as presidenciais de 2013, considera que “a Venezuela é uma bomba prestes a explodir”. E o próprio Maduro diz que “vamos defender a Venezuela com a Constituição e com mísseis”, apontando o dedo aos Estados Unidos segundo a tese de que Washington quer destronar os governos de esquerda na América do Sul, já o tendo começado a fazer no Brasil onde Dilma Rousseff foi destituída. Em resposta, Maduro ordenou a realização de exercícios militares devido à “ameaça externa” e ao risco de golpe de Estado.

Apesar de considerar que guerra civil é “uma expressão demasiado forte”, Pires de Lima não duvida de que a “hipótese de conflitualidade urbana é real”, algo que dependerá de três factores, aponta: “O cansaço da oposição em percorrer os caminhos institucionais e legais de destituição do presidente; a conduta repressiva do regime perante manifestações ou face à eventual iminência de perda da presidência; e cisões nas forças armadas”. Uma coisa é certa, garante Andrés Malamud, a situação na Venezuela “vai acabar mal”. O professor do ICS salienta ainda que, independentemente do que acontecer, Maduro não vai terminar o seu mandato. “Ou é destituído pelo referendo ou é-o pelos militares”.

Leopoldo López Gil, pai de Leopoldo López, preso em 2014 por liderar protestos populares contra o regime, um dos principais rostos da oposição ao regime e um de muitos presos políticos no país, vai mais longe e não decreta apenas o fim de Maduro, mas do “chavismo”: “O ‘chavismo’ vai cair sozinho porque não oferece nada além de pobreza e populismo”.

Se o retomar das relações entre Cuba e os Estados Unidos já tinha vindo a pôr em causa a viabilidade do internacionalismo “bolivarianista”, o “não” a Evo Morales no referendo que lhe permitiria recandidatar-se a um quarto mandato em 2020, a derrota de Cristina Kirchner na Argentina, e o mau resultado e destituição de Dilma Rousseff fazem parte de uma tendência de rejeição eleitoral aos líderes de uma certa esquerda sul-americana. De que o fim do “chavismo” pode ser o golpe de misericórdia.

Estaremos então perante o fim do sonho de Bolívar, que Chávez quis recuperar? Leopoldo López Gil diz-nos que esse “nunca foi um sonho, mas um pesadelo que está a matar a Venezuela”. **W**